

RHADSON REZENDE MONTEIRO

Maçonaria, Direito e Sociabilidades:
Uma breve história da Maçonaria Brasileira no século XIX
1ª Edição

Livrorama
2017

Título: Maçonaria, direito e sociabilidades: Uma breve história
da maçonaria brasileira no século XIX

Rhadson Rezende Monteiro é historiador e advogado pela
Universidade Federal de Ouro Preto, Mestre em Ciências
Sociais pela Universidade Federal do Espírito Santo.

Monteiro, Rhadson.

Maçonaria, Direito e Sociabilidades: Uma breve história
da Maçonaria Brasileira no século XIX; Aracaju, SE :
Livrorama, 2017. 186 p.

Formato A5 14,8cm x 21cm

Prefixo Editorial do autor: 923806

Número ISBN: 978-85-923806-0-1

Agência Brasileira do ISBN

ISBN 978-85-923806-0-1



“O conhecimento é em si mesmo um poder”

Francis Bacon

Sinopse: Neste livro, fruto de uma dissertação acadêmica da Universidade Federal de Ouro Preto, objetiva evidenciar a relação entre a maçonaria, e as transformações do direito e a da esfera pública na modernidade do século XIX no Brasil. Nesse percalço faremos uma breve narrativa sobre a história da maçonaria em terras tupiniquim, trazendo mais um elemento presente no processo de ilustração brasileira e das relações de sociabilidade, para compreender um dos elementos que contribuíram na formação da opinião pública no final do Império Brasileiro. Busca explicitar os processos de “crítica e crise” que perfazem os discursos das sociabilidades e que auxiliam na reconciliação entre o “Direito” e o “Moral”, contribuindo para a derrocada da escravidão e do poder absoluto. Pela natureza deste discurso moral maçônico, cosmopolita e internacional e que se difunde no privado e em segredo, adentrou-se a opinião pública e a política ao proporcionar o espaço fecundo a crítica as instituições do Antigo Regime, acelerando os processos de crise na modernidade histórica. Por fim, será apresentado um sucinto balanço descritivo, documental e historiográfico sobre os estudos sobre maçônicas que abarcam a segunda metade do século XIX.

Sumário

Introdução	7
Capitulo I - Sociabilidade e a construção moral no espaço privado da modernidade: maçonaria, ilustração e crítica	22
Estado Absoluto, separação entre moral e política e a esfera pública e privada	22
Sociabilidade	57
Segredo	63
Capitulo II - Maçonaria, símbolos, origem e instituição	68
O Aparato Maçônico e suas Origens Modernas	68
Maçonaria no Brasil no século XIX	97
Capitulo III - A Maçonaria no Brasil de 1870 a 1890 – unificação, abolicionismo e república	113
O Grande Oriente: A unificação maçônica brasileira	113
Maçonaria e o Movimento Abolicionista	126
Maçonaria, Movimento Republicano e a Questão Militar	136
Conclusão	154
Bibliografia	163

Anexos

Anexo I - Carta do Grão-Mestre, D. Pedro I, Ordenando O fechamento do Grande Oriente	171
Anexo II – Carta Dom Vital - pastoral de 2 de fevereiro de 1872	173
Anexo III - Carta de D. Pedro II ao conde de Gobineau, a 4 de abril de 1874:	174
Anexo IV - Boletim Oficial do Grande Oriente do Brasil, Nº. 10, do 9º. Ano, outubro de 1880	175
Anexo V - Boletim do Grande Oriente do Brasil, ano 11 dezembro de 1882	176
Anexo VI - Carta Circular do Grande Oriente do Brasil de 16 de setembro de 1887	180
Anexo VII - Carta da Loja Vigilância e Fé de São Borja – RS 21 de fevereiro de 1887	183
Anexo VIII – Carta Resposta do Grande Oriente as Lojas Paulistas Independência e Regeneração III e Estrella d’Oeste.	185

Introdução

Ainda que sejam inúmeras as referências e citações presentes nas teses historiográficas sobre sua atuação em diversos eventos históricos do século XVIII e XIX, as pesquisas tendo como tema específico a análise da dinâmica maçônica na modernidade e em especial no Brasil eram escassas até recentemente¹. Ainda que sejam inúmeras as referências e citações sobre a dinâmica maçônica em acontecimentos importantes destes séculos, as teses acadêmicas quando focavam a presença da maçonaria principalmente na história do Brasil, eram, por vezes, genéricas, fragmentadas, dispersas e unilaterais. Para além dos meios acadêmicos o panorama mais geral discorre uma “historiografia maçônica”, tratada por maçons ou anti-maçons, na maior parte das vezes a fomentar discussões pró ou contra, eivada de preconceitos, imbuída em metodologia e fontes duvidosas, em geral marcadas

¹ Referências mais gerais sobre a atuação da maçonaria na formação da sociedade brasileira podem ser encontradas em diversas obras de grande valor historiográfico como a exemplo **A Formação do Brasil Contemporâneo** de Caio Prado Junior, **A Construção da Ordem** de José Murilo de Carvalho, **Os Donos do Poder** de Rodrigo Faoro, **Historia Geral da Formação da Civilização Brasileira** de Sergio Buarque de Holanda entre muitos outros autores.

por caráter conspiratório e tendencioso, e que de maneira geral não concorrem para o debate.

Neste livro buscaremos analisar a relação entre a maçonaria, o direito e a formação da esfera pública na Modernidade e, num segundo momento, no processo de ilustração brasileira e das relações de sociabilidade com o objetivo de compreender um dos elementos que contribuem na formação da opinião pública (esfera pública) das elites maçônicas no final do século XIX no Brasil. Busca explicitar os processos de “crítica e crise” que perfazem os discursos e que moldam um “Direito Moral” ligado aos princípios de uma “Internacional Moral Maçônica” cosmopolita, baseada nas virtudes, e que, se difunde através da sociabilidade maçônica. Pela natureza do discurso moral este adentra a esfera política pela crítica aos pilares do Estado Absoluto e das Instituições do Antigo Regime, acelerando os processos de crise na modernidade histórica. Por fim, será apresentado um sucinto balanço historiográfico sobre a atuação da sociabilidade maçônica no final do Império brasileiro objetivando-se elucidar a organização simbólica e administrativa do Grande Oriente do Brasil na busca de entrever sua atuação na propagação das idéias

que contribuem para a crítica ao Estado Saquarema e aos movimentos abolicionistas e republicanos, para tal ratificará a tese “Luzes e Sombras” de Alexandre Mansur Barata em um diálogo com a obra descritiva e documental do maçom José Castellani, com o objetivo apenas de entrever a atuação maçônica no Brasil, sem elencar, neste momento, maiores conclusões.

Para este estudo opto por três apontamentos básicos que a meu ver cerceiam o ambiente constituído por esta organização: a formação de uma esfera privada dentro de um ambiente de ilustração que interpenetra a esfera pública na medida em que a natureza de seu discurso ira proporcionar a crítica ao Estado; a difusão de um pensamento pautado em ideais iluministas que buscam o esclarecimento e a crítica à moral e à política dentro do paradigma liberal, que, por sua vez, também se sedimenta a partir dos iluminismos; e por fim a inserção dentro de um campo cosmopolita pautado pela sociabilidade e pelo secreto, este último como diferenciador social o qual proporciona novas formas de interação entre seus fraternos e uma proteção contra a repressão do Estado Absoluto e das instituições do Antigo Regime.

Para o início de tal análise torna-se necessário esboçar o pano de fundo que de uma forma geral cerceavam o pensamento ilustrado, um dos principais conceitos que será utilizado nessa proposta. Por movimento ilustrado entender-se-á um conjunto de práticas sociais e morais oriundas de um aspecto em geral erudito, letrado ou acadêmico que propunham a instigação da consciência social e a defesa de um processo civilizador proporcionado através do conhecimento voltado para uma atividade pragmática e racional.

Dentro desse espectro, e na conjuntura brasileira Roque Spencer identificar matrizes diferentes de pensamento, que serviram como base para o discurso da intelectualidade Ilustrada no final do século XIX, seriam estas; a mentalidade liberal, a mentalidade cientificista, e a mentalidade católica-conservadora.

A orientação pelo pensamento liberal cabia a defesa dos valores fundamentais ao liberalismo, a individualidade, e a liberdade de consciência. O discurso encontra terreno peculiar no meio brasileiro

Enquanto o liberalismo europeu se vê

diante do socialismo, combatendo-o ou se harmonizando com ele, o liberalismo brasileiro vê-se diante de velhas instituições que não correspondiam, mas as aspirações do século: o seu problema era remodelá-las, eliminá-las em certos casos, para substituí-las por outras. Sua tarefa e libertar o trabalho, a consciência e o voto: é liberalizar os pais antes de qualquer medida².

A orientação pelo pensamento cientificista tomava como base ciência e a razão como valores fundamentais a sociedade, embasada na doutrina positivista de Comte.

Os cientificistas se estruturavam a partir da supervalorização da ciência e conseqüentemente, defendiam a inocuidade de qualquer outra solução para os problemas humanos. [...] a evolução humana obedecia a leis rigorosas do mundo natural³.

Entender a ciência como geradora dos valores morais, e políticos configura-se como um dos principais pilares do

² ROQUE, S. M., **A Ilustração brasileira e as idéias de Universidade**. São Paulo: Convívio: Editora da USP, 1986. p 32

³ *Ibidem* p 36

pensamento positivista, tal perspectiva contribuiu, vale ressaltar, para o distanciamento entre as mentalidades científica e liberal no sentido em que divergem sobre rumos dado a sociedade, apesar de ambas terem sido fundamentais para o que chamamos, mais acima, de pensamento ilustrado brasileiro. Para esta orientação de mentalidade o desenvolvimento do Estado pelo meio positivo previa a progressão de estados, sendo: estados teológico, metafísico e positivo⁴.

Assim ao invés da democracia, que repousava na metafísica como a teocracia repousa na teologia, o regime que há de corresponder ao estado positivo e a sociocracia, que se fundamenta na sociologia. Este, sim, é o regime de ordem e progresso, livre das ficções revolucionárias, de um pretense direito, natural ou não, fundado na unidade das opiniões e das crenças demonstráveis⁵.

Ambos a mentalidade liberal e a positivista eram defensores da plena liberdade de consciência, contudo “para os liberais ele é um valor absoluto e insubstituível, para os

⁴ *Ibidem* p 37

⁵ *Ibidem* p 40

positivistas ela é uma condição provisória para o desenvolvimento espontâneo da humanidade e o conseqüente estabelecimento final do estado positivo”, concepção esta que afasta as duas correntes de pensamento⁶.

Por último as diretrizes da mentalidade conservadora zelavam por uma sociedade arraigada na instituição religiosa, na defesa de um direito divino aonde a igreja tornar-se-ia a única legítima e verdadeira interprete, responsável por tutelar a sociedade e apontar as diretrizes morais⁷.

Pelo prisma do pensamento ilustrado podem-se indicar de forma nítida instituições que se destacam como interlocutores dessas mentalidades “a Maçonaria, normalmente identificada com o pensamento liberal, e a igreja católica, fortalecida pelo processo de romanização e identificada com o pensamento

⁶ BARATA, Alexandre Mansur. **Luzes e Sombras: a ação da Maçonaria Brasileira (1870 –1910)**. Editora da Unicamp, coleção Tempo e Memória n°14, 1999.

⁷ Roque Spencer também identifica uma terceira mentalidade, a católico-conservadora, que é crítica das duas primeiras, logo da ilustração, como podemos ler: “[...] e na reivindicação da prioridade da sociedade e de suas instituições tradicionais sobre o indivíduo, que os conservadores fundamentam sua investida contra as idéias iluministas do direito natural, da lei natural e da razão independente.”

conservador⁸”, a formulação da nação brasileira caracterizasse por uma ruptura com o passado, com o conservador, com a monarquia, o português, o clerical a passagem de um antigo regime a uma nova construção social, a saída das sombras para o ingresso na luz.

Sobre uma ótica do panorama internacional, a Maçonaria, em sua função política, contribuiu para a difusão da prática democrática no Ocidente. Já nas constituições de Anderson⁹ marco regulatório da maçonaria moderna, há observância ao pleno direito do voto entre os irmãos, caracterizando uma igualdade na escolha do novo Grão-Mestre por maioria, defeso no corpo jurídico encontra-se também o direito a palavra, extenso a todos os irmãos, aprendizes, companheiros e mestres durante o trabalho nas lojas. Segundo Morel: “A atividade maçônica (como também a das academias ilustradas e instituições congêneres) está na origem da efetivação de práticas políticas democráticas contemporâneas”¹⁰. Estas associações que

⁸ ROQUE, S. M., **A Ilustração brasileira e as idéias de Universidade**. p 41

⁹ ANDERSON, James. *As constituições de Anderson*. Edição Inglês e Português. Texto em Inglês fac-similar. Curitiba: Editora Juruá, 2009.

¹⁰ MOREL, Marco. **As transformações dos espaços públicos: Imprensa, atores políticos e sociabilidades na cidade imperial (1820-1840)**. São Paulo, Hucitec, 2005.

perfazem o conceito de sociabilidade, é especialmente a Maçonaria, tiveram papel central no momento histórico de reação e crise dos sistemas absolutistas, seja no contexto europeu ou nas independências nacionais Américas¹¹.

Numa conjuntura internacional do processo de crítica na modernidade tratar-se de período de singular importância em que ocorre “a transformação do súdito em cidadão, resultado do nascimento do Estado Moderno¹²”, evidenciando um processo de democratização fruto da construção do Estado Liberal, e de um momento de desenvolvimento da consciência histórica que vai questionar os paradigmas fundamentais do Estado Absoluto e da representabilidade política.

Buscaremos explicitar de que forma o discurso e a instituição maçônica através dos aspectos da sociabilidade e do segredo contribuem para promover um discurso moral que se constitui no foro privado, mas que ao proporciona a crítica a política do Estado toma a esfera pública e se confronta

¹¹ Para mais informações consultar BARATA, Alexandre Mansur, **Maçonaria, Sociabilidade Ilustrada e Independência (Brasil, 1790-1822)**, Dissertação de Doutorado, Unicamp, Campinas, 2002; TELLES, Marcus Vinicius, **A Influência da Maçonaria na Independência do Prata (as Relações da Maçonaria Platina com a Brasileira)**, Dissertação de Mestrado, Universidade Federal Fluminense, 1977.

¹² BOBBIO, Norberto. **A Era dos Direitos**. São Paulo: Campus 1992.

com as instituições do Estado. Neste aspecto a sociabilidade maçônica torna-se articuladora de um movimento de reconciliação entre a moral e política separadas no florescer do Estado Absoluto.

Para o caso brasileiro este questionamento moral si da com a crítica as instituições do Estado Centralizador do Tempo Saquarema¹³, contribuindo para a difusão de idéias e posteriormente com a difusão de ações que apoiaram o fim da escravidão e a proclamação da república. Promove ao fim á auto nomenclaturada Alta Política¹⁴ que pode ser entendida como a moralização da política do Estado através da razão. Para além é vasta a influencia de maçons na segunda metade do XIX, seja na militância abolicionista, seja na construção do direito e da jurisprudência, na militância republicana e na articulação parlamentar, ou na direção do país.

O livro esta dividido em 3 capítulos, o primeiro capítulo “A maçonaria na modernidade” tratará dos processos de crítica e da formação da esfera pública através do estudo da sociabilidade maçônica, da formação de um discurso moral

¹³ MATTOS, Ilmar Rohloff de. **O Tempo Saquarema**. 5ª edição, São Paulo: Editora Hucitec, 2004.

¹⁴ Ver citação da nota 35

cosmopolita que coexiste na formação de nosso próprio espaço público moderno, uma vez que podemos entrever que as práticas maçônicas foram componentes para o estabelecimento da Ilustração da sociedade européia, e também para o desenvolvimento da própria sociedade civil¹⁵. Nesta perspectiva discorreremos em um primeiro momento sobre a formação do Estado Absoluto e a separação entre moral e política através dos contratualistas da Teoria do Estado, entrevedo a fundamentação do jusnaturalismo e do direito natural que esta no cerne da crise na modernidade.

Dentro desta dicotomia será corroborada a tese de Koselleck em um dialogo com Habermas para entendemos os processos de formação da esfera pública e o conceito de aceleração do tempo dentro da lógica da experiência e expectativa nos séculos XVIII e XIX. Buscamos entrever os processos da crítica desenvolvida nas sociabilidades que neste momento podem ocorrerem de forma plena somente sobre a proteção do segredo e dos olhos do Estado Absoluto, explicitando através da análise de Koselleck da obra “Diálogos” de Gotthold Lessing as linhas guias do discurso maçônico

¹⁵ KOSELLECK, Reinhart, **Crítica e Crise**. Eduerj - Contraponto, Rio de Janeiro, 1999. p 65

internacional.

No segundo e terceiro capítulo explicitaremos a institucionalização e a história da maçonaria moderna e no Brasil tomando por base principalmente a tese “Luzes e Sombras” de Alexandre Mansur Barata, e o compêndio descritivo e documental da maçonaria no Brasil organizada pelo maçanólogo Jose Castellani além de outras obras correlatas. Estes capítulos têm por objetivo entrever a possível aplicação de uma leitura da dinâmica internacional apresentada no primeiro capítulo para a construção da esfera pública brasileira, no processo de crítica e crise do Estado Imperial na segunda metade do século XIX.

No capítulo II, “maçonaria, símbolos, origem e instituição” se apresentara todo o aparato simbólico e ritualístico, terminologias maçônicas, uma breve síntese da maçonaria moderna evidenciando as diferenças entre as correntes inglesas e francesas. Será apresentada a essência de uma moral internacional maçônica, baseada em seus textos de fundação, que carrega o discurso da Arte Real, ou seja, o emprego das virtudes que devem nortear as ações dos membros destas sociedades. Através da vinculação destes princípios com os símbolos maçônicos, cria-se uma identidade moral do “ser

maçom” cosmopolita, que deve ser tangível em qualquer loja maçônica no globo. Em um segundo momento se fará uma breve síntese histórica sobre a maçonaria no Brasil, sua forma de recrutamento e formação das obediências até o ano de 1870.

No capítulo III, “Maçonaria no Brasil de 1870 a 1890 – unificação, abolicionismo e república”, se busca corroborar a tese “Luzes e Sombra” de Alexandre Mansur Barata, explicitando a ação da maçonaria brasileira no processo de construção de espaços públicos, e na propagação de idéias e ações que iram questionar as bases do “Estado do Tempo Saquarema”, em especial ao regime escravista, a representação política no Estado monárquico ao Poder Moderador, com reflexos no movimento liberal e republicano. O que se corroborará e que, os discursos ligados a este corpo crítico de idéias se difundem e se interiorizam dentro do ambiente das lojas, ganham força na medida em que se harmonizam com as virtudes maçônicas. Essas ações se intensificam principalmente a partir da unificação da obediência maçônica brasileira, fato que ocorre sobre forte influencia da maçonaria norte-americana. Por fim, comina com a crise do Estado Monárquico e a Proclamação da República, com a formação de um governo provisório ocupado por um presidente e por todos os seus

ministros de Estado congregados a instituição maçônica.

Por fim, vale ressaltar que existem vários desafios a ser enfrentados no decorrer deste livro. O primeiro é atinente a fontes documentais, pois poucos arquivos públicos possuem o material necessário para uma análise, os documentos aqui apresentado foram transcrito e retirados do catalogo documental realizado por José Castellani, ainda que o autor seja maçom, e possível entrever que seu trabalho de catalogação foi muito hígido e preocupado com preservação dos documentos históricos ligados ao Grande Oriente do Brasil. O segundo é o monopólio dos arquivos pelas lojas maçônicas, eles podem nem mesmo existir, uma vez que tais documentos podem ser extraviados por particulares, nesse sentido nos fala Marco Morel: “É possível que parte do acervo maçônico referente ao século XIX no Brasil se tenha dispersado ou perdido em mãos de particulares, colocando-se o desafio para os pesquisadores que trabalharem com documentos (manuscritos e impressos) dos arquivos públicos que, mesmo sem caráter serial, não são tão escassos como se pode supor à primeira vista¹⁶”. O terceiro

¹⁶ MOREL, Marco. **As transformações dos espaços públicos: Imprensa, atores políticos e sociabilidades na cidade imperial (1820-1840)**. São Paulo, Hucitec, 2005.